

GESTÃO FISCAL

Informativo

1º Quadrimestre de 2024



Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

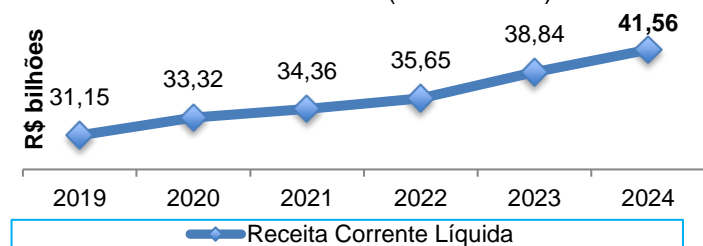
1º QUADRIMESTRE DE 2024

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses, da arrecadação tributária e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida, dentre outras, das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, tais como a dívida pública e os gastos com pessoal.

Verifica-se que a RCL apurada entre maio de 2023 e abril de 2024 aumentou R\$ 2,72 bilhões (+7%) em relação aos 12 meses anteriores, atingindo seu maior valor na série histórica. Esse aumento conta com as duas últimas parcelas de precatórios do Fundef, transferidas pela União em junho de 2023 e março de 2024, e que concluíram os efeitos da Emenda Constitucional nº 114/2021.

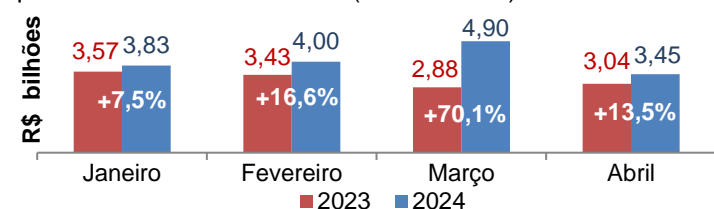
Gráfico 1 – RCL– Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre). *dados atualizados pelo IPCA

Como o demonstrativo da RCL traz a apuração mensal, é possível verificar os resultados obtidos entre janeiro e abril de 2023 e 2024. O gráfico seguinte traz essas informações, evidenciando avanço na arrecadação estadual em todos os meses do 1º quadrimestre.

Gráfico 2 – RCL mensal apurada no primeiro quadrimestre – Pernambuco (2023 e 2024)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre). *dados atualizados pelo IPCA

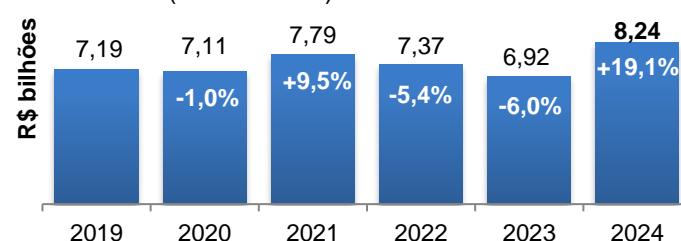
A RCL apurada entre janeiro e abril de 2024 apresentou uma variação positiva de 25,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento reflete, entre outros fatores, a parcela do Fundef paga em março e o crescimento real de 8,7% da cota de Pernambuco no Fundo de Participação dos Estados.

ICMS

O ICMS é a receita mais relevante entre aquelas que compõem a RCL, tendo respondido por 38,8% da receita corrente bruta no primeiro quadrimestre de 2024.

Nos meses de janeiro a abril de 2024, pode-se observar um crescimento de 19,1% na sua arrecadação em comparação com o mesmo período de 2023. Esse aumento incorpora os efeitos da Lei nº 18.305/2023, que majorou a alíquota modal do imposto para 20,5% a partir deste ano.

Gráfico 3 – ICMS arrecadado no primeiro quadrimestre – Pernambuco (2019 a 2024)



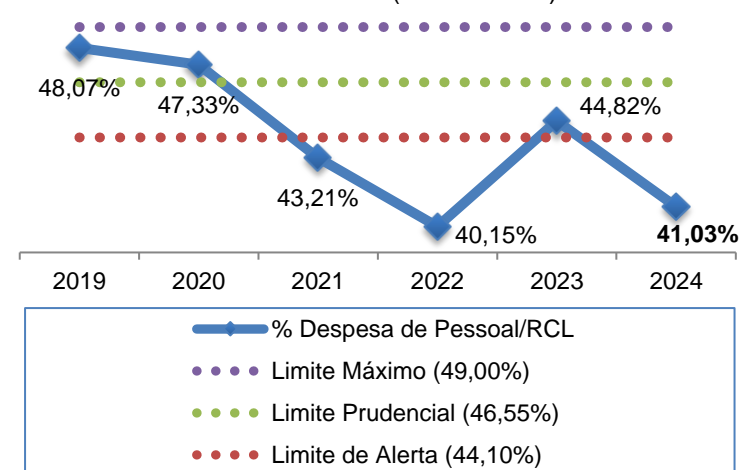
Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre). *dados atualizados pelo IPCA

Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

Nota-se que a DTP do Poder Executivo como proporção da RCL encontra-se abaixo do limite de alerta ao final do primeiro quadrimestre de 2024, atingindo um dos menores patamares dos últimos seis exercícios.

Gráfico 4 – Relação Despesa Total com Pessoal/RCL do Poder Executivo – Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (1º quadrimestre).

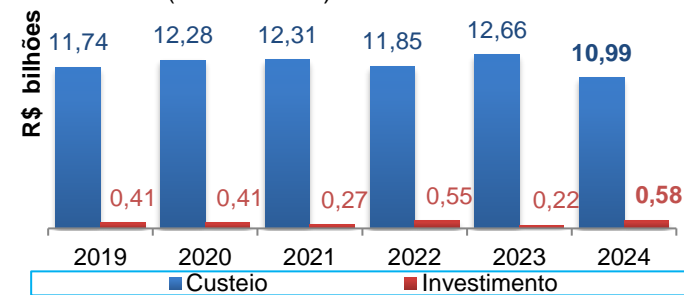
Custeio e Investimento

A relação entre custeio e investimento permite observar quanto o Estado é capaz de despende com infraestrutura e, ao mesmo tempo, manter a administração pública em funcionamento.

O custeio compreende as despesas com pessoal e com outras despesas correntes (energia elétrica, material de expediente etc.). Já os investimentos incluem tanto as obras quanto as inversões financeiras.

Os dados publicados indicam que os investimentos (R\$ 575,35 milhões) cresceram 156% quando comparados com 2023 e atingiram o maior patamar dos últimos seis exercícios, enquanto as despesas com custeio (R\$ 10,99 bilhões) marcaram o menor valor da série histórica observada.

Gráfico 5 – Despesas com Custeio e com Investimento – Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre). *dados atualizados pelo IPCA

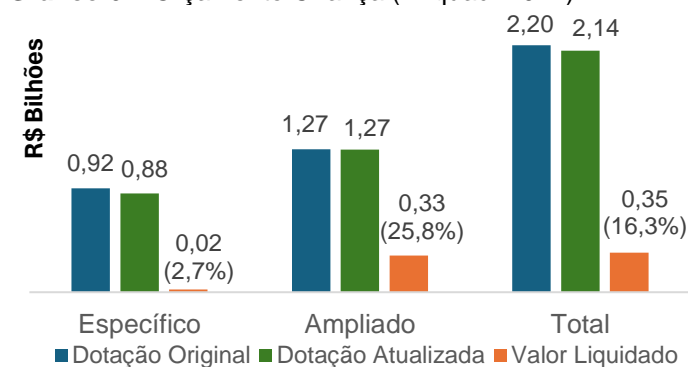
Orçamento Criança

Por força da Emenda Constitucional nº 60/2023, os demonstrativos fiscais publicados em Pernambuco devem conter quadro específico denominado “Orçamento Criança”, discriminando os valores de execução orçamentária dos recursos destinados ao desenvolvimento de ações e programas de atenção à primeira infância.

Essas despesas são classificadas em dois tipos: específicas ou ampliadas. Os gastos específicos são voltados exclusivamente para a primeira infância. As despesas ampliadas são direcionadas a um público geral, mas também atingem as crianças, sendo aplicado um ponderador no total gasto para representar a parcela que é destinada à primeira infância.

O gráfico indica a dotação atualizada do referido orçamento em relação à LOA originalmente aprovada para 2024. Além disso, aponta o valor de execução até o final de abril, em termos nominais e em percentual do orçamento atualizado.

Gráfico 6 – Orçamento Criança (1º quad. 2024)



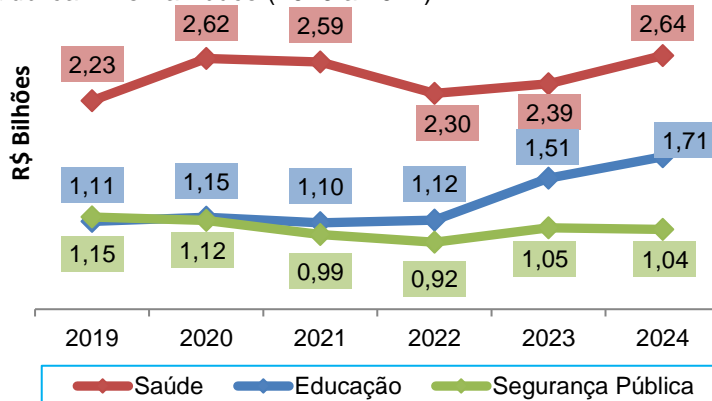
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (2º bimestre).

Despesas por Função

A classificação funcional da despesa permite comparar a execução do orçamento público de acordo com a área social do gasto.

Os dados, mostram aumento, respectivamente, de 13,05% e de 10,87% nas despesas com educação e saúde no primeiro quadrimestre de 2024 quando comparado a 2023. Já as despesas com segurança pública, por sua vez, diminuíram 1,39% no mesmo período.

Gráfico 7 – Despesas com saúde, educação e segurança pública – Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre). *dados atualizados pelo IPCA

Restos a Pagar (RP)

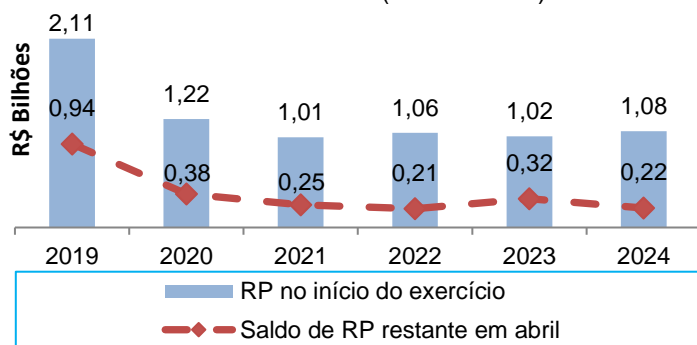
O total de restos a pagar processados de Pernambuco em 31 de dezembro de 2023, afora as despesas intraorçamentárias, era equivalente a R\$ 1,0 bilhão.

Além disso, até abril de 2024, já foram pagos R\$ 851,7 milhões e cancelados outros R\$ 5,9 milhões, resultando num saldo de R\$ 219,6 milhões.

Observa-se ainda que o exercício de 2024, até o primeiro quadrimestre, apresenta um saldo a pagar 31,4% menor que o de 2023.

Ressalta-se que no 1º quadrimestre de 2024 não houve movimentação de valores de restos a pagar não processados.

Gráfico 8 – RP processados no início do exercício e saldo restante em abril – Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (2º bimestre). *dados atualizados pelo IPCA